

03

04

05

06

07

80

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18 19

20

21

22 23

24

25

26

27

28

29

30

31

32 33

34

35

36

37

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

# ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA 1.015 DO CONSELHO PLENO Sessão realizada por vídeo conferência conforme Decreto 59.283/2020

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às dezesseis horas, realizou-se a Sessão Plenária nº 1.015, em ambiente virtual, sob a presidência da Conselheira Sueli Aparecida de Paula Mondini, considerando-se a ausência da Presidente, Conselheira Teresa Roserley Neubauer da Silva (Rose Neubauer). Verificada a existência de quórum, declarou aberta a Sessão Plenária que contou com a presenca das Conselheiras Titulares Cristina Margareth de Souza Cordeiro, Emília Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches, Fátima Cristina Abrão, Karen Martins de Andrade, Maria Cecília Carlini Macedo Vaz, Marina Graziela Feldmann e Neide Cruz, e dos Suplentes Fátima Aparecida Antonio, João Alberto Fiorini Filho, Maria Adélia Gonçalves Ruotolo, Silvana Lucena dos Santos Drago e Vera Lucia Wey. No Expediente da Presidência, a Conselheira Sueli Mondini deu boas-vindas a todos e justificou ausência da Conselheira Titular Rose Neubauer, registrando a Suplente Vera Lucia Wey no exercício da titularidade, e ausência das Suplentes Helena Singer, Luci Batista Costa Soares de Miranda e Lucimeire Cabral de Santana. Colocou em discussão a Ata da Sessão Plenária Ordinária nº 1.014, de 23.09.2021, que foi aprovada. Na sequência, a Conselheira Sueli Mondini informa o encaminhamento para os Conselheiros da versão final, com as alterações sugeridas, da Recomendação CME nº 04/2021 que trata das diretrizes para a organização da EJA, aprovada na Sessão do Pleno de 23.09.2021, e solicita revisão para imediata publicação. Comunica a publicação, nesta data, da Resolução CME nº 03/2021 que dispõe sobre a flexibilização curricular, com repercussão positiva na Rede, em especial no referente ao acerto no ciclo autoral – sem retenção no 7º e 8º anos. Sobre a Nota de Repúdio à fala do Ministro da Educação sobre a Educação Especial, comenta que o Secretário Fernando Padula encaminhou o documento para todas as Diretorias Regionais de Educação, e estas encaminharam para conhecimento das Unidades Escolares e já recebeu comentário positivo sobre o posicionamento deste Conselho. A Conselheira Maria Cecília Carlini manifesta tristeza por estar ausente na sessão plenária que aprovou o Manifesto e, portanto, não ter assinado tal documento. Expõe também a grande aceitação do manifesto na Rede. No Expediente dos Conselheiros, a Conselheira Sueli Mondini, agradecendo a disponibilidade da Conselheira Maria Adélia Ruotolo em representar o Conselho na abertura do 24º Congresso Anual de Educação do SINESP, que aconteceu dia 28.09.2021 no Teatro Gazeta, passa a palavra para a Conselheira Maria Adélia que sintetiza a sua participação como representante do CME no seminário cujo tema foi "Gestores Educacionais: o desafio de enfrentar o caos imposto à Educação Pública". Agradeceu a confiança e oportunidade, comentando que foi o seu primeiro evento presencial, que contou com poucos participantes e adoção de todos os protocolos sanitários. Na abertura do evento, fez uma fala desejando bom início dos trabalhos, com apresentação posterior da poetiza Midria da Silva Pereira, que trabalha com slam, e na sequência palestra da Profa. Dra. Iracema Santos do Nascimento da Faculdade de Educação da USP, que tratou sobre a Reforma da Previdência e as questões que envolvem os funcionários

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66 67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

públicos. A Conselheira Sueli Mondini, agradece à Conselheira Fátima Antonio que representou o CME na Sessão Solene pelos 100 anos do educador Paulo Freire na Assembleia Legislativa de São Paulo, que também ocorreu presencialmente no dia 17.09.2021, a convite da Deputada Estadual Professora Bebel e solicita seu comentário. A Conselheira Fátima Antonio fez um breve relato sobre a homenagem e os discursos de todas as instituições e organizações presentes, tais como do Prof. José Eustáquio Romão do Instituto Paulo Freire, Profa. Anita Freire, Prof. Mário Sérgio Cortella e o ex-Prefeito de São Paulo Fernando Haddad. Informou que O CME recebeu uma placa comemorativa do evento que será oportunamente entregue nas instalações do Conselho. A Conselheira Emília Cipriano agradece a presença dos Conselheiros no "I Webinário Aprender a Ser mais humano", organizado pelo Instituto Aprender a Ser, que aconteceu nos dias 24, 25 e 26 de setembro, e sintetiza o evento que contou com palestras dela, do Prof. Claudio Sanches, do Prof. Gabriel Chalita, da Profa. Ariana Cosme e do Prof. Miguel Arroyo. O evento Aprender a Ser mais humano surgiu com o intento de acolher, considerando o momento difícil que vivemos, e contou com mais de mil inscritos de 20 estados brasileiros, mostrando que a humanização não é um sonho solitário. Agradece em especial a participação da Conselheira Maria Adélia Ruotolo, que contribuiu com importantes sugestões e devolutivas. A Conselheira Maria Adélia Ruotolo também agradece e comenta que o evento contribuiu com elementos para os trabalhos da Comissão de Busca Ativa Escolar, assim como para sua atuação profissional no CIEJA. Em seguida, a Conselheira Sueli Mondini passa à Ordem do Dia: 1) Exposição dos trabalhos da Comissão Temporária responsável pela discussão e elaboração de proposta para Educação Híbrida – Portaria CME nº 10, de 28.05.2021. A Conselheira Sueli Mondini passa a palavra para a Presidente da Comissão, Conselheira Emília Cipriano. A Conselheira Emília Cipriano agradece e apresenta os Conselheiros que fazem parte da Comissão Temporária: Marina Feldmann, Karen Andrade, Luci Batista e João Alberto Fiorini. Na sequência, passa a palavra para a Conselheira Karen Andrade que sintetizará os trabalhos da Comissão, assim como o planejamento para a conclusão do documento. Com a palavra, a Conselheira Karen Andrade projeta em tela a apresentação "Educação Híbrida: desafios e possibilidades", colocando a princípio que o trabalho conduzido pela Conselheira Emília Cipriano está pautado nas discussões feitas na CEIFAI, com proposta de texto e mapa de conceitos envolvidos, assim como na CAFEM. Ressalta o primeiro avanço, com relação à discussão conceitual, com a escolha do conceito de Educação Híbrida ao invés de Ensino Híbrido. Apresenta mapa conceitual com as marcações de pontos de atenção sobre o tema, os envolvidos no processo, as formas de registro e avaliação, para uma proposta inovadora com pressupostos e diretrizes. Em seguida, trata da organização do texto: 1) Conceito Geral de Educação Híbrida, distinguindo o conceito de Ensino Híbrido, com base nas leituras realizadas nas Câmaras e outras bibliografias. 2) Contexto no CME, com justificativas e discussões nas Câmaras e no Pleno. 3) Contexto na Rede Municipal de Educação, situando os momentos atípicos nos anos letivos de 2020 e 2021, as possibilidades de interações com o retorno presencial, a priorização curricular e a construção de um plano de ação das aprendizagens pelas Unidades. 4) Contexto docente, com base nas pesquisas da Fundação Carlos Chagas e da Fundação Lemann, e a organização do trabalho na nossa Rede. 5) Projeto Político Pedagógico - PPP, com as escolhas e os processos, as aprendizagens e

81 82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

experiências desses procedimentos, organização dos tempos, espaços e interações, os registros e as avaliações. 6) Conclusões apontando os desafios e as possibilidades, com experiências da Rede e boas práticas. A Conselheira Emília Cipriano ressalta que o tema possui certa complexidade e agradece a Conselheira Karen pela apresentação e registra que a discussão que a Comissão está fazendo há 3 meses com especial articulação entre as duas Câmaras foi muito bem sintetizada. A Conselheira Marina Feldmann completa que a síntese mostrou todo o trabalho coletivo, todas as reflexões, e ressalta o quanto é difícil a escrita coletiva, com necessário sentido de pertencimento e respeito a fala do outro, para que o documento final faça sentido ao cotidiano da escola. Também fala da preocupação com o público que lerá o documento, para o professor, para a equipe, para as famílias, pois ao mesmo tempo em que faziam reflexões profundas, com base em autores renomados, é preciso uma comunicação baseada na sincronicidade, na logicidade e no entendimento das pessoas, pois a nossa palavra como Conselho Municipal de Educação é um mote de transformação, enfim, um trabalho extremamente gratificante. Com o término da apresentação pela Comissão, a Conselheira Sueli Mondini agradece e parabeniza a exposição da Comissão que detalhou como será o documento, pois é urgente que essa recomendação chegue às escolas. Em seguida, abre a palavra para que os demais Conselheiros façam suas observações. A Conselheira Neide Cruz parabeniza toda a Comissão pelo excelente trabalho e sugere, para o final do documento, um item de comunicação como, por exemplo, a apresentação para a comunidade dos projetos das escolas, valorizando os professores e os estudantes. 2) Exposição dos trabalhos da Comissão Temporária responsável pela discussão e elaboração de proposta para Busca Ativa Escolar - Portaria CME nº 09, de 28.05.2021. A Conselheira Sueli Mondini passa a palavra para a Conselheira Maria Cecília Carlini, Presidente da Comissão de Busca Ativa Escolar, comissão também composta pelas Conselheiras Fátima Abrão, Maria Adélia Ruotolo e Silvana Drago. Com a palavra, a Conselheira Maria Cecília Carlini inicia dizendo que o grupo é muito potente, tratando de um assunto com total relação com a rotina da escola. Projeta em tela uma apresentação com fotos de sua autoria, feitas em Paraisópolis, comunidade atendida pela escola em que é Diretora, e inicia com um trecho da Canção Óbvia, do livro Pedagogia da Indignação, do Prof. Paulo Freire: "Estarei preparando a tua chegada como um jardineiro prepara o jardim para a rosa que se abrirá na primavera". A Busca Ativa tem como característica a urgência, e a preocupação da Comissão é fazer um documento com distinção, sensibilizando para a situação que ultrapassa a pandemia, considerando que a Busca Ativa sempre existiu e consta, inclusive, no Plano Nacional de Educação. O aluno tem o direito a todas as etapas do ensino, e aquele que evade é uma vítima de uma série de questões, ou seja, a Busca Ativa é uma questão multifatorial. A Comissão chegou à conclusão de que é necessário pensar dentro de 3 campos de trabalho: 1) Por que fazer Busca Ativa; 2) Para que; e 3) Como fazer Busca Ativa. O que mais encontraram nas pesquisas é como fazer a Busca Ativa Escolar, incluindo uma coletiva do Secretário Fernando Padula apresentando o que a SME está fazendo sobre o tema. A Conselheira Maria Cecília Carlini expõe os motivos para fazer a Busca Ativa, partindo da suspensão das aulas presenciais por causa da pandemia, que fez crescer a preocupação com o abandono e a evasão, com escolas fechadas por 178 dias no Brasil, sendo esse o período de maior tempo de fechamento das escolas comparado com outros países do

#### Ata da 1.015ª Sessão Ordinária do Pleno – 30/09/2021

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

mundo, ficando atrás apenas do México. Apesar do esforço dos gestores, há crianças e adolescentes que ficaram sem participar das atividades remotas, aumentando o risco de abandono. Diante desse cenário, especialistas e organizações têm reforçado a importância dos gestores educacionais e escolares desenvolverem ações específicas, com foco nos alunos com maior risco de evasão durante esse período. Além disso, buscar resgatar crianças, adolescentes, jovens e adultos que não estão matriculados, e monitorar a frequência escolar e atuar preventivamente para evitar que os alunos parem de estudar. Em seguida, cita a legislação que motiva o trabalho, tais como a Lei Municipal nº 16.271/2015, do Plano Municipal de Educação - PME, cuja meta 5 é universalizar a Educação Infantil com a estratégia 5.8 de promover, através da SME, a Busca Ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil; meta 6 que é universalizar o Ensino Fundamental, cuja estratégia 6.3 é promover a Busca Ativa de crianças e adolescentes fora da escola; meta 8 que é universalizar para a população com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado; meta 10 que é superar o analfabetismo absoluto na população com 15 anos ou mais e ampliar a escolaridade média da população, tendo como estratégia 10.2 a busca ativa de jovens e adultos fora da escola. O CME tem como dever de ofício zelar pelo PME, sendo a Busca Ativa da nossa lavra. Em seguida, apresenta breve histórico das orientações da SME desde 2020 sobre mudanças de calendário e forma de atendimento, tornando muito difícil o trabalho da escola nesses tempos de pandemia. A Conselheira Fátima Abrão completa enfatizando o quanto a pandemia afetou todo o trabalho de planejamento da SME. A Conselheira Silvana Drago fala da importância da sistematização dessa sequência de legislação que trata do calendário, um registro histórico do difícil momento em que vivemos. A Conselheira Maria Cecília Carlini passa então a discutir para quê fazer Busca Ativa, o que a Comissão concluiu que é para assegurar o direito público subjetivo e assegurar o direito a vida, o exercício da cidadania e a participação plena de todos, independentemente de qualquer condição e/ou diferença. Sobre o por que fazer a Busca Ativa, coloca o que a escola pode produzir na vida de uma pessoa; que a escola deve possibilitar acesso e condição de permanência; que os conflitos gerados pelos estudantes anunciam algo, e a pandemia silenciou os conflitos e as crianças estão ameaçadas por todo tipo de violência; o cuidado da criança é um trabalho em rede; e pessoas com deficiência não voltaram para a escola. Em seguida, comenta que a responsável pelo NAAPA, Profa. Márcia Bonifácio, participou de uma reunião da Comissão, quando apresentou as ações do Núcleo e alguns números: 8.024 estudantes atendidos pelo NAAPA correm sério risco de evadirem, há uma separação agrupando por vulnerabilidade com atendimento de 2.229 estudantes com dificuldade de aprendizagem, 2.842 com problemas de permanência escolar, 3.188 com questões de saúde/saúde mental e dificuldade de interações sociais, 3.045 com vulnerabilidade social e 633 com outras questões. Na sequência, apresenta pesquisa do Instituto Datafolha, realizada entre novembro e dezembro de 2020, demonstrando que no Brasil cerca de 2 milhões de estudantes da Educação Básica abandonaram a escola em 2020, com taxas de abandono de 4,6% no Ensino Fundamental e 10,8% no Ensino Médio, enquanto que em 2019 as taxas foram de 1,2% e 4,8%, respectivamente. Ainda de acordo com a pesquisa, 11,4% dos estudantes do Ensino

#### Ata da 1.015ª Sessão Ordinária do Pleno – 30/09/2021

164

165166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

Fundamental que abandonaram a escola em 2020 não pretendiam voltar em 2021, e no Ensino Médio esse índice é de 25,8%. Problemas financeiros, dificuldades com o ensino remoto ou mesmo falta de aulas são alguns dos motivos alegados pelos entrevistados que abandonaram a escola. Destaca números apresentados pelo Secretário Fernando Padula em coletiva on-line que aconteceu dia 03.09.2021: a Rede possui um milhão de estudantes, e desses 583.504 estudantes estão no CAD Único, 295.174 estão em situação de extrema pobreza, 96.583 em situação de pobreza, 138.085 com baixa renda, 30% do total de estudantes não entregaram nenhuma ou somente partes das atividades durante a pandemia em 2020. A Conselheira Fátima Abrão completa que a coletiva aconteceu quando a SME lançou o programa de Busca Ativa com a plataforma da UNICEF, e reforça o quanto os estudantes da Rede empobreceram nos últimos anos. A Conselheira Maria Cecília Carlini passa a tratar do como fazer a Busca Ativa, que não é um procedimento técnico ou burocrático, sendo um processo de identificar sujeitos, trabalho que não termina quando o estudante chega na escola, e que necessita manutenção. Identificar quais são os motivos que fazem com que os estudantes estejam afastados da escola é de suma importância, a fim de realizar a prevenção à evasão. Apresenta, resumidamente, o programa de Busca Ativa lançado pelo Secretário, que tem como objetivo manter os estudantes que participaram das atividades e resgatar os que deixaram de frequentar a escola, oferecendo suporte pedagógico e acolhimento, com várias frentes e parceria com as Secretarias Municipais de Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, UNICEF (adesão à plataforma) e Instituto Liberta no combate à exploração sexual, assim como a contratação de 70 mães via Programa Operação Trabalho - POT. A Conselheira Maria Cecília Carlini diz que a maior preocupação da Comissão é elaborar um documento que contribua com a discussão considerando que as ações de Busca Ativa estão em andamento, e que a recomendação está em construção com idealização e acompanhamento de plano bem estruturado de retorno das atividades póspandemia, com o planejamento de avaliação e recuperação das defasagens de aprendizagem, assim como acompanhamento dos estudantes com maior propensão a evadir. São necessárias também ações específicas direcionadas aos alunos em situação de vulnerabilidade, ou cuja família pode ter passado por um processo de pauperização em decorrência da crise gerada pela pandemia. O acolhimento dos bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos no retorno às aulas é outro ponto considerado decisivo entre as ações para reduzir a evasão, assim como o acompanhamento atento do desempenho educacional, o comportamento e atitudes dos estudantes: desinteresse, envolvimento acadêmico no aspecto das atividades escolares e das atividades sociais, absenteísmo, trabalho, desigualdades sociais, gravidez, necessidade de cuidar de familiares, dificuldade nas disciplinas e a importância atribuída à escola. Organizar programas e projetos específicos que aumentem o interesse e a motivação dos jovens em situação de risco, rever a legislação para melhorar o fluxo escolar repensando a reprovação no Ensino Fundamental e Médio, fornecer diferentes perspectivas para o jovem e possibilidade de opções mais atrativas no seu processo educacional, identificar as adolescentes grávidas que evadem e investir para o regresso no convívio escolar. Por fim, a Conselheira Fátima Abrão fala que, se o documento da Comissão conseguir sensibilizar os Diretores de Escola como demonstra a sensibilidade da fala da Conselheira Maria Cecília Carlini, valerá e muito o

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

trabalho. A Conselheira Sueli Mondini parabeniza a apresentação brilhante da Comissão e a demonstração de carinho com o tema, com documento apontando para as ações que estão acontecendo nas escolas, chamando a atenção para o histórico e divulgação de boas práticas. A Conselheira Cristina Cordeiro reforça a ideia colocada pela Conselheira Maria Cecília Carlini sobre a essência da vulnerabilidade, que ultrapassa a vulnerabilidade de aprendizagem. Quem defende o olhar integral, destacando a vulnerabilidade, não defende que menos seja oferecido, mas que se construam caminhos para os estudantes com histórias de vida extremamente difíceis. Coloca-se a disposição da Comissão, pois sempre defendeu o CAD Único como ferramenta de gestão na Educação, com necessidade urgente de integração de sistemas. Sobre a Busca Ativa, defende que ela não pode ser feita de forma burocrática, preenchendo simplesmente planilhas, mas deve-se dar evidência às razões da ausência, e caso essas razões firam os direitos das crianças e adolescentes, o que a Escola e a SME fará com esses dados. Sugere procurar todas as crianças, pois a ausência pode esconder uma gravidez, uma marca de agressão física, alguma violência, sendo importante ver esse estudante, e não apenas ouvir as justificativas dos familiares para a ausência. São colocadas algumas razões para o afastamento da escola que os profissionais precisam entender que podem mascarar situações de privação e violência, que ferem os direitos da criança. A Conselheira Emília Cipriano pontua três aspectos que considera extremamente significativos na produção da Comissão: 1) a questão histórica, quando a Comissão recupera os documentos publicados mostrando uma situação e os desafios que isso representa; 2) a denúncia de coisas que estão escancaradas e que, quando observamos diretamente, percebemos que devem ser transformadas; 3) o anúncio, de que é necessário fazer agora, uma prioridade, com os profissionais da educação comprometidos nesse processo como seres humanos, em um contexto de vida. A apresentação foi impecável, e espera que o documento tenha esse tom: de história, de denúncia e de anúncio, no sentido de posicionamento de que não aceitamos a ideia de crianças sem o direito a ir à escola. A Conselheira Karen Andrade cumprimenta a apresentação da Comissão que foi potente e humanizada, articulada com a realidade dos nossos estudantes, traduzindo o que o CME sempre defendeu. Considera que a criança estar na escola é o princípio básico do nosso trabalho, assim como o engajamento do estudante em algum tipo de proposta que esteja disponível para ele nesse momento. É importante refletir também sobre o que é executado na nossa Rede e o que não acontece em todo o Brasil, pois a Busca Ativa é emergencial quando o aluno abandona a escola, mas mapear as condições e as desigualdades contribui para observar as possíveis dificuldades. A confirmação de matrícula feita na nossa Rede também foi uma ação importante, antecedendo o Censo Escolar, assim como os registros do Sistema de Gestão Pedagógica – SGP, que faz o controle da frequência e utilizado diariamente pelo professor, ferramenta importante para coletar dados, evitando retrabalho das equipes escolares com o preenchimento de planilhas. A Conselheira Fátima Antonio diz que o estudo de Busca Ativa é fundamental, e a apresentação da Conselheira Maria Cecília Carlini traz um componente que a Rede está precisando, que é tratar com os dados da realidade, para conhecer exatamente quem são os nossos alunos, do macro ao micro, com tratamento de dados mais específico, mais regionalizado. Sempre a preocupa o tamanho da nossa cidade e sua diversidade, sendo preciso o envolvimento de muita gente,

#### Ata da 1.015<sup>a</sup> Sessão Ordinária do Pleno – 30/09/2021

248 não sendo exclusivo da SME essa preocupação, com necessária adesão da Rede de Proteção 249 Social e entidades locais. A Conselheira Neide Cruz cumprimenta a Comissão pelo trabalho, e comenta que está na Constituição e na LDB a participação da sociedade, enquanto se cobra 250 251 muito a participação apenas da família, e reforça a questão da comunicação, para que a 252 comunidade conheça esse debate, propondo ampla divulgação do documento após 253 publicação. A Conselheira Sueli Mondini cumprimenta as Comissões agradecendo a apresentação dos encaminhamentos. Nada mais havendo a tratar, a Conselheira Sueli 254 255 Mondini, no exercício da presidência, encerra a Sessão Plenária agradecendo a presença e 256 participação dos Conselheiros. A Ata foi lavrada por Mayra Regina Vidal e o comprovante de 257 participação na teleconferência será utilizado como lista de presença. São Paulo, 30 de setembro de 2021. 258

Sessão realizada por teleconferência por meio da plataforma Microsoft Teams, conforme Decreto Municipal nº 59.283, de 16/03/2020 (Artigo 12, Inciso I)

# SESSÃO DO CONSELHO PLENO REUNIÃO DO DIA 30/09/2021 Horário: 16h

#### PRESENÇA DOS CONSELHEIROS

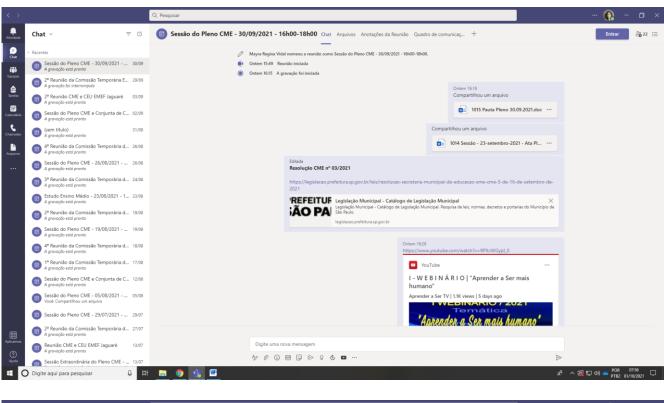
#### **CONSELHEIROS TITULARES:**

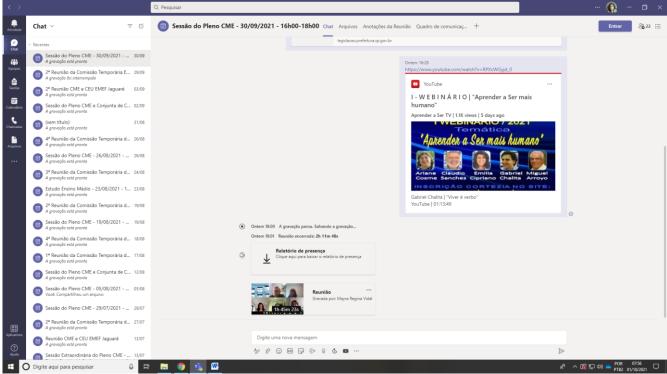
- 1. Cristina Margareth de Souza Cordeiro
- 2. Emília Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches
- 3. Fátima Cristina Abrão
- 4. Karen Martins de Andrade
- 5. Maria Cecília Carlini Macedo Vaz
- 6. Marina Graziela Feldmann
- 7. Neide Cruz (NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE)
- 8. Sueli Aparecida de Paula Mondini (Vice-Presidente CME)
- 9. Vera Lucia Wey (NO EXERCÍCIO DA TITULARIDADE)

#### **SUPLENTES:**

- 1. Fátima Aparecida Antonio
- 2. João Alberto Fiorini Filho
- 3. Maria Adélia Gonçalves Ruotolo
- 4. Silvana Lucena dos Santos Drago

#### Ata da 1.015ª Sessão Ordinária do Pleno - 30/09/2021



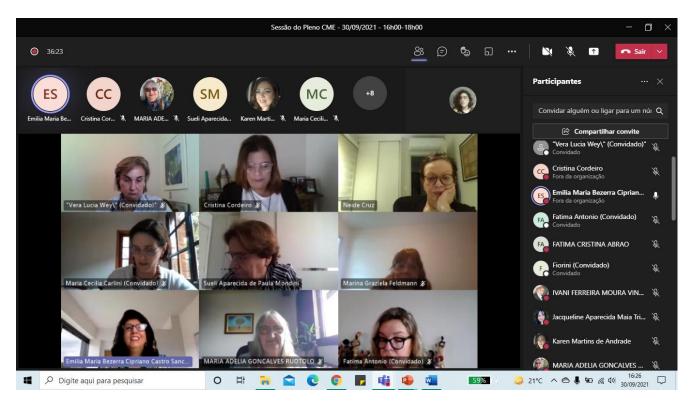


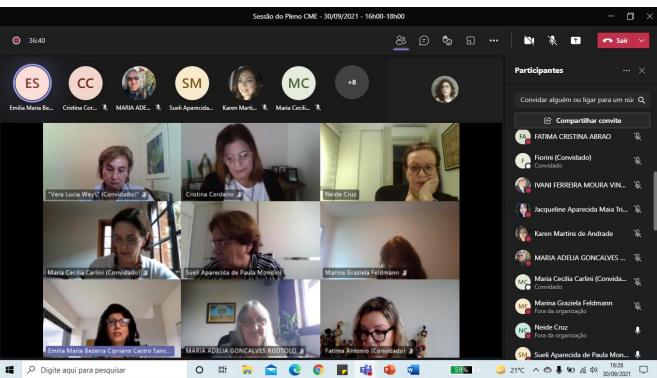
# Ata da 1.015ª Sessão Ordinária do Pleno - 30/09/2021





# Ata da 1.015ª Sessão Ordinária do Pleno - 30/09/2021





# Ata da 1.015ª Sessão Ordinária do Pleno – 30/09/2021



